

Estado aos investimentos estrangeiros. Em alguns casos, como no do turismo, com escândalo.<sup>125</sup> Constatava-se, ao fim das contas, que 68,2% da tecnologia utilizada pelas empresas nacionais e 100% da utilizada pelas empresas estrangeiras era adquirida no exterior. Em 1969, 33 companhias de seguros estrangeiras haviam recebido prêmios líquidos no montante superior a 92 milhões de cruzeiros, sem contar o que haviam recebido 13 companhias seguradoras sob controle acionário externo.<sup>126</sup> A partir de 1970, começava a desnacionalização da indústria de torrefação e moagem de café.<sup>127</sup>

Exame metódico das contas permitia verificar que, no caso, funcionava uma regra inexorável: era o capital nacional que financiava a expansão dos investimentos estrangeiros aqui. Estamos tomando dinheiro emprestado no exterior, para poder continuar a financiar nessas proporções.<sup>128</sup> E estamos até, num requinte estranho, financiando a propaganda dos investimentos estrangeiros aqui instalados com as nossas poupanças.<sup>129</sup> O processo de desnacionalização tornou-se tão escandaloso que despertou a atenção mesmo daqueles que, antes, pouco sabiam dele. Dados divulgados pelo Banco Central permitiam constatar que a participação do capital estrangeiro nos diversos setores da economia brasileira — se é que esse título ainda lhe pode caber — obedecia a proporções singulares: 70,2% na indústria, e

<sup>125</sup> "A Hilton, por exemplo, está mostrando em São Paulo quais as fórmulas usadas para administrar hotéis construídos sem um centavo de investimento dos seus proprietários norte-americanos. A Sheraton está construindo, com as facilidades dos incentivos fiscais, o seu hotel na praia do Vidigal, no Rio de Janeiro. A Intercontinental já se prepara para administrar um novo hotel, que surgirá, até 1974, na Praia da Gávea, e a Holiday Inns vem mantendo entendimentos com o Grupo Financeiro TAA para a administração de diversos hotéis que os brasileiros pretendem construir". (João Pinheiro Neto: "Vale a pena importar?", in *Correio da Manhã*, Rio, 20 de junho de 1972).

<sup>126</sup> "Quem segura o Brasil", in *Fato Novo*, nº 26, São Paulo, outubro de 1970.

<sup>127</sup> "Desnacionalização também da indústria do café", in *Jornal dos Debates*, nova fase, nº 1, Rio, 13/19 de abril de 1972.

<sup>128</sup> "Os cruzeiros que são necessários a tal expansão são igualmente supridos pelo Governo (além dos lucros, que não são reinvestidos em verdade), por meio da amortização, acelerada inclusive, dos equipamentos dessas indústrias, recursos que não são tributados como Reserva, além da doação do capital, através do 34/18. Nesse particular, como as 500 principais empresas do país são subsidiárias estrangeiras (fora as do Governo), é claro que, sendo as maiores contribuintes do Imposto de Renda, são, por extensão e lógica, também os maiores beneficiários do 34/18. Bastaria que o MIC/CDI, SUDENE, SUDAM, etc., dessem à publicidade um relatório dos projetos aprovados desde 1964, com a percentagem das empresas estrangeiras nesse panorama, para nos convencerem de que 'posição brasileira', no caso, é um pouco aquela descrita por Marques Rebêlo, em uma de suas historietas: 'O turismo em Cataguases'..." (Olinto Machado: "Investimento estrangeiro", in *Jornal do Brasil*, Rio, 3 de junho de 1972).

<sup>129</sup> "Há uma informação internacional importante que mostra, de maneira efetiva, como o Brasil cresceu. Na revista norte-americana sobre propaganda *Advertising Age*, edição de 27 de março, estão relacionadas as maiores agências de publicidade do mundo. Os dois primeiros lugares estão ocupados pela J. Walter Thompson, que faturou US\$ 774 milhões em 1971, e pela McCann-Erickson, com US\$ 593 milhões. Pois bem, no faturamento internacional da Thompson, os escritórios do Brasil ocuparam o 4º lugar, só superados pelos da Inglaterra, Canadá e Alemanha Ocidental. No caso da McCann-Erickson, estamos em 3º lugar, abaixo apenas da Inglaterra e do Japão". (*Jornal do Brasil*, Rio, 31 de maio de 1972).